abrigo social de acolhimento provisório: amparo às pessoas em situação de rua

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação - TFG 02
Orientadores: Claudio Brandão e Natália Cidade
Aluno: Bruno Bahiense Lopes Luz

Sumário:

1 - Introdução 04

2 - O tema 04

2.1 - Fenomeno da população de rua no Brasil 04

2.2 - A população em situação de rua no Rio de Janeiro 05

2.3 - Vazios urbanos no centro do Rio de Janeiro 07

3 - A proposta 07

3.1 - Estudo de caso 07

3.2 - O Abrigo 07

3.3 - Local de atuação 08

3.4 - Levantamento fotográfico 09

3.5 - Mapa de danos 11

3.6 - Plantas do existente 16

3.7 - Metodologia projetual 17

3.8 - O projeto 20

4 - Cronograma geral das etapas 32

5 - Referências bibliograficas 32

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal o projeto de um abrigo para pessoas em situação de vulnerabilidade social na região do centro do Rio de Janeiro, com ênfase em pessoas e famílias em situação de rua e que desejam, de forma espontânea, serem acolhidos. O projeto tem como premissa, a ressocialização dos indivíduos por meio de atividades coletivas, de forma humanizada sem desconsiderar a singularidade de cada pessoa.

O projeto será implementado em um edifício já existente, que faz parte do conjunto de edifícios históricos que compõem o Corredor Cultural, situado no Centro do Rio de Janeiro, em consonância com as políticas de proteção do patrimônio cultural instituindo na Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC. O trabalho consiste na adaptação do edifício para, além de abrigar, oferecer serviços tais como: assistência médica e psicológica, de alimentação adequada, atividades de recreação e lazer.

O Abrigo dialogará com mais dois projetos de cunho social que estão sendo desenvolvidos por outros alunos de TFG, porém com propostas distintas, sendo uma direcionado para o público LGBTQIA+ e o outro sendo uma casa de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade. A proximidade entre os projetos tem o intuito de formar no local uma unidade que possa resgatar/devolver o valor social perdido através de políticas higienistas do passado.

2. O TEMA

2.1. FENOMENO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

De acordo com Ianni (2002), na sociedade pré-industrial do Brasil, o primeiro sistema de trabalho foi a escravidão. O escravo não obtinha direitos e não podia nem mesmo buscá-los, pois era propriedade apenas do senhor a quem ele devia obediência. Durante séculos, a escravidão no Brasil foi o único sistema capaz de garantir uma produção econômica em larga escala, projetada para atender às demandas de grande parte dos países da Europa. Em 1888, a "Lei Áurea" foi promulgada para proteger a liberdade de grupos sociais "libertos" composto por pessoas, que na maioria das vezes eram incluídos na subsistência. Essa situação explica porque o Brasil evitou o uso da mão de obra existente no processo da lenta industrialização: presumiam que as pessoas que ganharam a liberdade não iriam se adaptar ao trabalho regular remunerado e, por estarem dispersas, seria mais difícil recrutá-las. (THEODORO, 2004).

A luta de classes sempre esteve intrinsecamente ligada à história das sociedades. Os opressores e os oprimidos participam de uma luta ininterrupta, e ela sempre termina na transformação revolucionária de toda a sociedade ou no declínio comum das classes em conflito. (MARX; ENGELS,1998). Portanto, a transição da escravidão para o trabalho de forma livre faz parte de um complexo e lento processo de ajuste estrutural econômico e social, e este movimento reflete a inserção da economia brasileira no mundo. A maior parte da força de trabalho recém-liberada permaneceu em propriedades rurais com baixa remuneração ao longo de muitos anos.

No final do século XIX, a população brasileira era composta por minoritariamente composta por pequenos grupos de elites brancas e com sua economia remanescente da prática escravocrata, numerosos escravos livres, bastardos, brancos empobrecidos, índios e imigrantes pobres da Europa e do Japão. Para Theodoro (2004), o enorme excedente de mão-de-obra composto por ex escravos, outros trabalhadores e vários imigrantes não desempenhava o papel de um exército da indústria, mas de um grupo marginalizado. O estado percebeu gradualmente a necessidade de transformar escravos livres e imigrantes pobres em trabalhadores assalariados que obedeciam à ordem do capital, e com isso passou a intervir de forma direta, tendo como objetivo a aceleração da transição da escravidão em trabalho livre, garantindo assim, em última instância, sua consolidação.

Pode-se entender a partir desses fatores históricos, que a abolição da escravidão fez com que milhares de ex-escravos evadissem às ruas. Sem condições básicas, emprego e moradia, vagueavam pela cidade ao pedido esmolas, realizavam pequenos furtos ou eram submetidos à condições degradantes. As ofertas de trabalho eram também competidas com brancos pobres e imigrantes que entravam no país em condições semelhantes de miséria. Portanto, o fim da escravidão se refletiu de forma significativa na primeira migração de pessoas para as ruas do Brasil.

Os sanitaristas desempenharam um papel vital no governo, alertando para a importância da higiene na manutenção da saúde pública. Passaram a atuar na produção de conhecimento e na construção do setor público, com o objetivo estratégico de intervir em áreas de ação coletiva principalmente relacionadas ao saneamento urbano. O objetivo central da equipe de médicos sanitaristas, de acordo com Valladares (1991), era determinar normas para a conservação da saúde da população, porém com real intuito da preservação da saúde e do bem-estar da elite da época. Portanto, sem o apoio e fortalecimento do poder estatal, as políticas públicas de saúde e saneamento propostas pelos trabalhadores da área, não eram viáveis. Os apartamentos

de baixo custo (cortiços) tornaram-se o principal alvo do movimento por ser a maior manifestação de insalubridade, doença e pobreza, além disso, o estilo de vida das pessoas que ali viviam era propício à propagação de epidemias.

A política de saneamento no Brasil, segundo Maricato (1997), além de adotar medidas de saúde adequadas, tem como objetivo eliminar os pobres, mendigos e negros da região central, bem como seus modos de vida. Foi necessário embelezar a cidade na tentativa de disfarçar a pobreza.

Muitos historiadores acreditam que os anos 1930 foram os períodos mais efetivos do processo de urbanização e industrialização do país, momento no qual, também aconteceu a extinção dos cortiços (MARICATO, 1997). Houve uma forte intervenção por parte do Estado no incentivo da produção de infraestruturas, aquecimento do mercado do país e de subsídios ao capital industrial.

Sabemos que os trabalhadores cada vez mais foram sendo explorados, especialmente após a inauguração da Nova República em 1985. Houve uma vasta migração em busca de melhores condições de vida. Segundo Ianni (1994) o desenvolvimento social não acontecia de acordo com a prosperidade econômica e o fortalecimento do Estado. Em decorrência disso, problemas como a fome, ausência de habitação adequada e precárias condições de saúde foram produtos da ilusão criada pelo processo estrutural que alegava que a economia brasileira estava em sua era moderna. A sociedade industrial moderna não reduziu as desigualdades sociais, pelo contrário, consiste um articulado sistema que as induz, fazendo necessário o engajamento por parte dos trabalhadores. Ianni (1994), nos faz pensar sobre a questão da articulação como grupo social, o que possibilitaria uma possível busca para garantir seus direitos sociais através da coesão. Tardiamente, em 2005 foi criado pelo Estado, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) com o objetivo de dar visibilidade e apresentar tais problemáticas como uma questão coletiva a ser solucionada.

É importante destacar que a abolição da escravatura não significou uma melhora nas condições socioeconômicas dos ex escravos. Sem formação acadêmica ou ocupação, para a maioria das pessoas, a simples emancipação garantida pela lei não mudou sua condição de subordinado, nem mesmo ajudou a promover sua cidadania ou promoção social.

As habitações sociais coletivas surgem no Brasil em 1940 e é entendida como um conjunto de duas ou mais unidades que se comunicam através de uma via em comum sendo de caráter multifamiliar. De acordo com Chalhoub (1996), para que fossem classificados como cortiços as habitações deveriam ser construídas por mais de uma edificação no lote, subdividida em unidades para locação, subalugados ou cedidos, superlotação numa mesma unidade, espaços de circulação em comum e infraestrutura precária. Tal conceito é impreciso, visto que as autoridades tinham a intenção de estigmatizar a habitação de uso coletivo. Devido ao surgimento das indústrias, a densidade familiar da população brasileira têm se tornado cada vez maior. Essas indústrias aumentaram as oportunidades de emprego e com isso os levaram à migração para cidades mais desenvolvidas. Com o aumento da aglomeração nas cidades, as condições sanitárias dentro e ao redor dessas habitações coletivas diminuíram e isso propiciou a propagação de epidemias de doenças como: cólera, varíola, malária e febre amarela.

O cortiço demolido, que era conhecido como 'Cabeça de Porco", localizado no Rio de Janeiro é exemplo das políticas higienistas impostas pelo poder público, que deixou 4 mil pessoas desabrigadas. Segundo Chalhoub (1996), é impressionante a contemporaneidade de tais intervenções no cotidiano dos habitantes das cidades em que o Estado, sob todas as alegações, atua nos centros urbanos. Dentre todas as estratégias de combate à habitação insalubre, três atores sociais se destacam: O Estado, os proprietários de terras, que agem com o desejo de venda aos antigos moradores dos cortiços e o setor imobiliário, que introduzem à época, um novo padrão de habitação coletiva, as vilas operárias.

Os desabrigados, vítimas dessa política, se viram obrigados a ocupar os morros com os materiais remanescentes das demolições e com isso surgem as primeiras favelas no Brasil. produto da grande migração de desabrigados oriundos dos centros urbanos. Cabe destacar que o discurso higienista, que foi presente na época dos cortiços, ainda se mantém vigente nas favelas, induzindo a criação de uma imagem negativa do local e de seus habitantes, tendo como falsa promessa a recuperação da dignidade ao propor a substituição de barracos por melhores habitações, parques, etc. Porém o real intuito consiste no embelezamento da paisagem urbana que fora degradada através da expansão territorial das favelas.

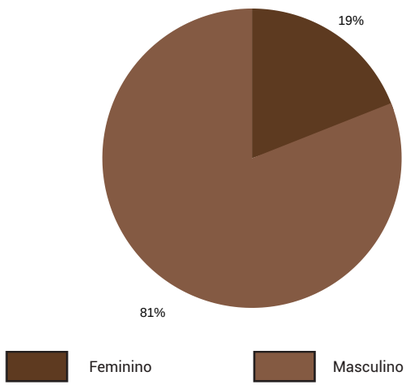
Migrar para as periferias se tornou uma opção como solução para alocação das pessoas que não tinham para onde ir, porém com a transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais fez com que houvesse uma ruptura das redes sociais, dificultando o acesso aos locais de trabalho e fez com que muitos moradores, a princípio de modo provisório, dormissem nas ruas, pois assim não precisariam gastar

seus baixos salários com o caro e precário transporte público. O que deveria ter sido provisório, acabou se tornando permanente para muitas pessoas, ocasionando um completo problema social. O crescente aumento do número de pessoas em situação de rua nas grandes cidades atualmente, é um reflexo remanejamento da população marginalizada e das políticas higienistas que foram empregadas no século passado.

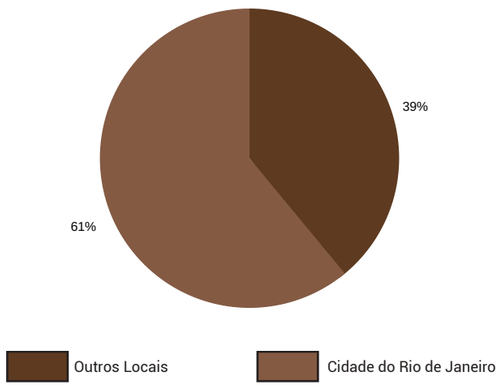
2.2. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

Antes de qualquer proposta a ser explorada, deve-se conhecer a população em situação de rua no Rio, onde estão distribuídas e o motivo que os levaram às ruas. Foram percorridos 13 regiões do município onde foram abordados pessoas que têm como as ruas seus locais de moradia ou como pernoite, com o intuito de conhecer os motivos que as levaram a essa condição e quais suas estratégias de sobrevivência no meio urbano. Em Janeiro de 2018 foi divulgado pela Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura do Rio que no período que corresponde aos anos de 2013 e 2015, a população de rua na cidade triplicou, de 5.580 para 15 mil. Diante desse dado, a SMASDH faria um novo levantamento. Então, foi realizado em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP), o levantamento "Somos Todos Cariocas", que teve como objetivo mapear e quantificar informações sobre a população de rua na cidade. Foram entrevistadas ao todo, 4.628 pessoas, sendo que 3.715 em rua e 913 em Unidades de Acolhimento.

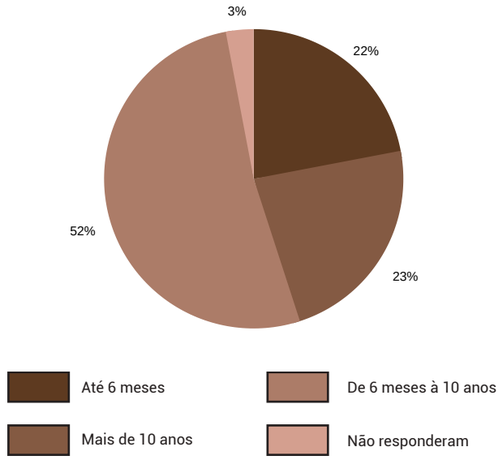
Distribuição da população de rua no Rio de Janeiro por sexo



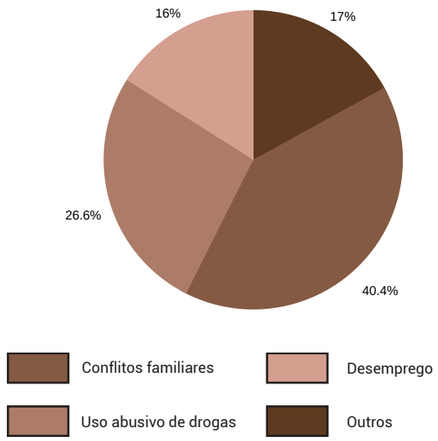
Local de origem de indivíduos e famílias em situação de Rua no Rio de Janeiro



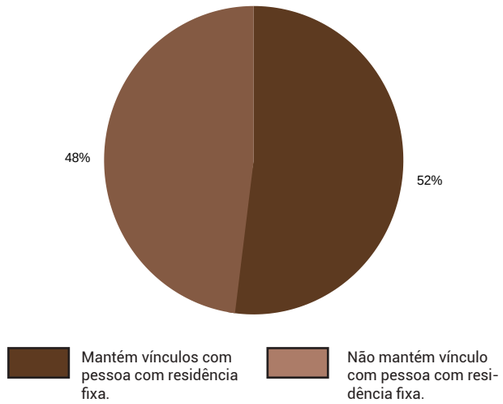
Distribuição da população de rua por tempo de permanência



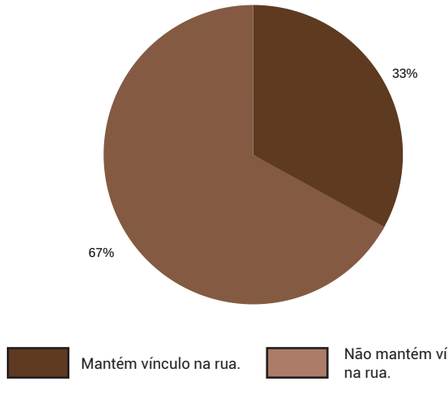
Distribuição por motivos de ida para a rua



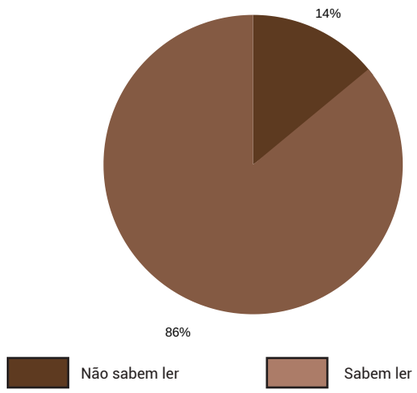
Distribuição da população de rua que mantém vínculo com pessoas que possuem residência fixa.



Distribuição das pessoas que tenham vínculo pessoal na rua.



Distribuição das pessoas por alfabetização



Dados obtidos através do levantamento realizado pelo IPP em parceria com a SMASDH.

2.3. VAZIOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO

Há uma potencialidade inerente a região central do Rio para abrigar, seja por razões históricas, seja por necessidades emergentes sob a ótica social, pessoas em situação de rua através da requalificação de edifícios abandonados e dos, assim chamados, vazios urbanos. A expressão "vazios urbanos" refere-se aos espaços residuais na trama urbana, concedidos através do processo permanente de construção/reconstrução da cidade capitalista onde existe uma desagradável associação entre as expectativas e as potencialidades de tais espaços, carentes de conteúdo de caráter social (BORDE, 2012). Os vazios urbanos, abarcam a ausência de uma construção, a desocupação de um determinado espaço, um edifício em decadência, um espaço subutilizado, terreno ou edificações num contexto urbano.

Borde (2012) em sua tese, analisa através de Solà-Morales e compartilhado por Lynch (2007), os vazios urbanos decorrentes de estruturas obsoletas, onde tais espaços denominam-se *lócus* de identidade, liberdade e de memória para a população frente ao modo de produção "eficiente e produtiva" da cidade. Dito isso, os vazios urbanos conversam com diferentes vivências de tempo e espaço e nos mostram as necessidades existentes do conteúdo social potencial principalmente quando são intencionalmente abandonados e ociosos, fomentando a especulação imobiliária e aumentando ainda mais a escassez do caráter social do imóvel. Portanto, o presente tema é fruto da necessidade de resgatar o caráter social ao uso do vazio urbano, presente na Praça Tiradentes, RJ.

3. A PROPOSTA

3.1. ESTUDO DE CASO

Para compreender melhor as reais necessidades, os desafios que envolvem a gestão e o funcionamento de um abrigo para pessoas em situação de rua, foi realizado uma entrevista com dois servidores público de um abrigo de passagem, localizado em Resende, RJ, sendo eles, uma coordenadora e um assistente social. Segundo relatado na entrevista foi conferido a atuação de profissionais de níveis superior e técnico, sendo eles da área da assistência social, psicologia, cuidadores sociais, guardas municipais e coordenadores, com o objetivo de reintegrar os indivíduos na sociedade através do desenvolvimento de vínculos familiares. São oferecidos trabalhos interdisciplinares através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para que aconteça a troca de conhecimento entre as diversas formações da equipe no abrigo, porém não existe atendimento psicológico no SUAS e sim a atuação do profissional da área para encaminhamento e acompanhamento dos indivíduos. Há um Plano Individual de Acompanhamento que oferece, através da perspectiva do indivíduo, a possibilidade de permanência de 6 meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo. Existem casos em que a permanência é menor devido a rápida recuperação ou reinserção na sociedade. O abrigo foi instalado em um imóvel residencial térreo alugado e possui em seu terreno um canil destinado a receber animais que, eventualmente, acompanham as pessoas em situação de rua. Além do canil, a área externa é composta por um espaço destinado ao lazer, convivência e churrasqueira para eventos. Os quartos são coletivos possuem 6 camas e um, disponível para família, que possui 2 camas. Apresenta uma sala disponível para atendimentos psicossociais individuais, uma sala de convivência, cozinha e refeitório. Outro fator apontado pelo assistente social foi o propósito de manter o local com características de uma residência, no intuito de manter o ambiente acolhedor para os indivíduos abrigados.

A casa adaptada para receber o abrigo não dispõe de acessibilidade, dificultando o acesso para pessoas lesionadas e/ou para Pessoas Com Deficiência (PCD), sendo essa a principal exigência do local. Dito isso, o abrigo descrito evidencia a questão da acessibilidade como um ponto de grande importância a ser explorado no presente trabalho, além disso serão exploradas outras demandas de acordo com o que foi explicitado na entrevista.

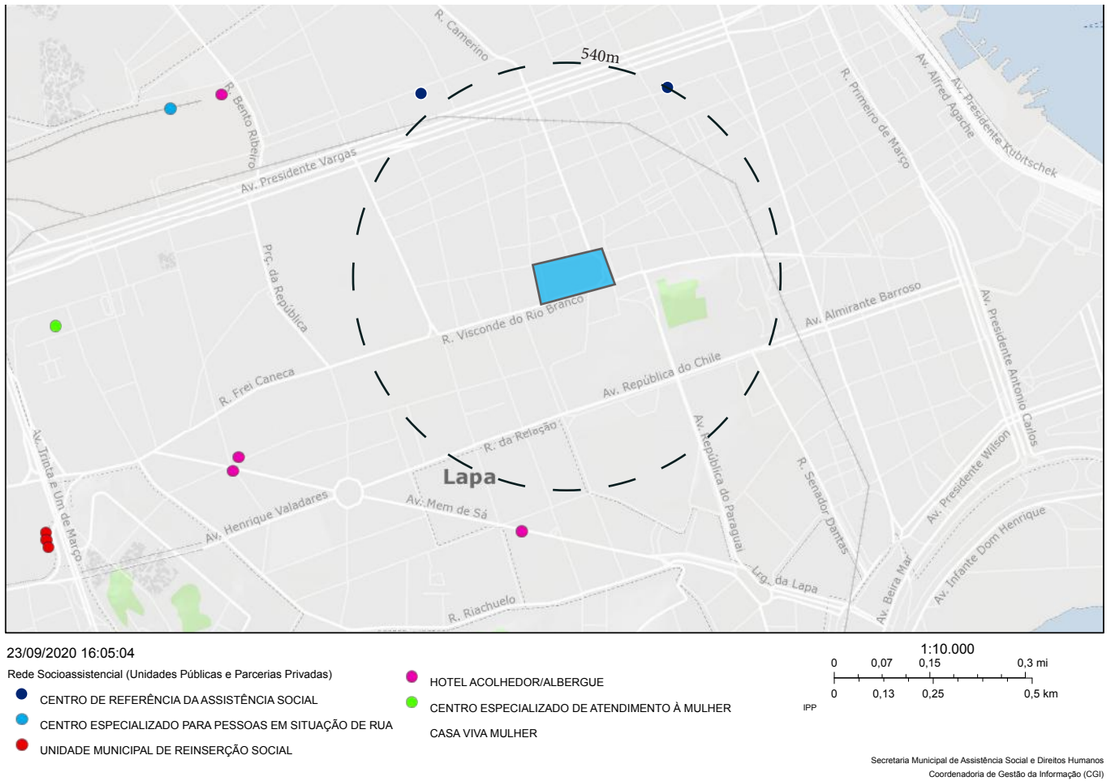
3.2. O ABRIGO

O Abrigo Social de Acolhimento Provisório possui caráter residencial de passagem, proporcionando um ambiente acolhedor, respeitando condições de dignidades para com a população em situação de rua. Entende-se que a integração dos usuários no espaço, deve ser de forma coletiva, objetivando o favorecimento da criação de vínculos sociais, comunitários e familiares. No entanto, deve-se ressaltar que o atendimento deva ser individualizado e especializado para a compreensão da história da pessoa entendida, levando em consideração o entendimento de que a individualidade é o ponto de partida para a sua emancipação. A sociedade é incapaz de homogeneizar os indivíduos que nela estão inseridos. Tais, convivem entre si de forma individual e assim devem ser considerados. O período de funcionamento deve ser de forma integral mantendo horários flexíveis para entrada e saída dos clientes de acordo com a necessidade dos mesmo com o período de permanência dos usuários de até 6 meses.

3.3. LOCAL DE ATUAÇÃO

Dentro da região central do Rio de Janeiro, foi escolhido a localidade nas proximidades da Praça Tiradentes, devido a sua concentração da população em situação de rua no Rio de Janeiro e por não existir nenhum tipo de serviço na área, num raio de 540 metros, a não ser pelos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Cen-

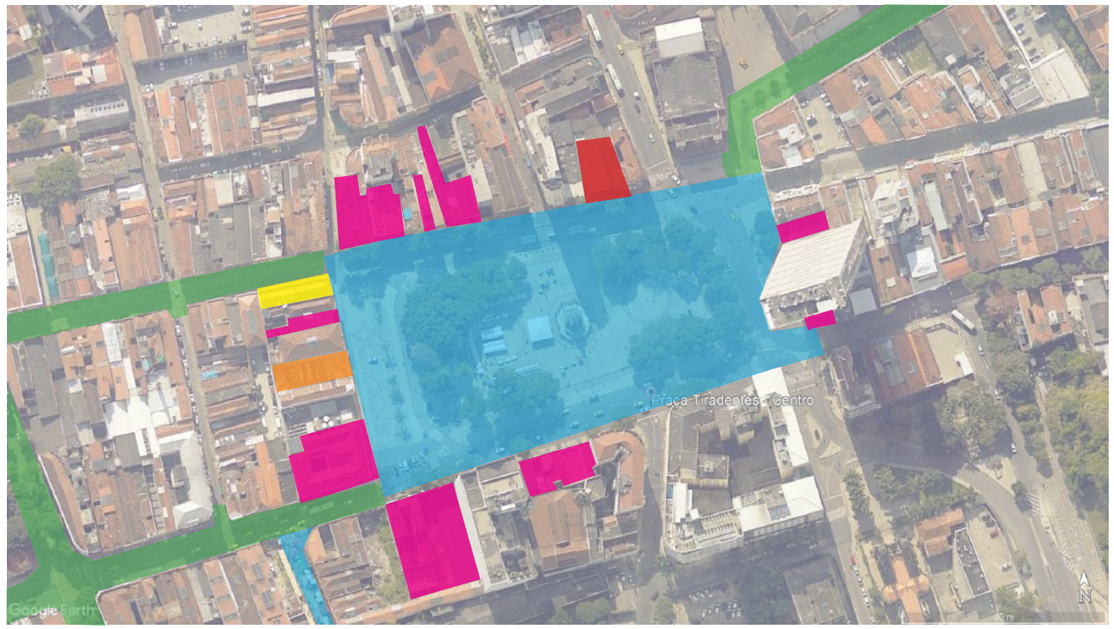
Mapa de rede socioassistencial existentes no Centro do Rio de Janeiro



tro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), como mostra o mapa abaixo. O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) realizou um levantamento dos imóveis e terrenos vazios subutilizados na região central dando enfoque a Praça Tiradentes, onde foi observado as potencialidades através de uma ficha de avaliação imobiliária individual. Com base no levantamento, o edifício escolhido para a realização do projeto faz parte de um conjunto de vazios urbanos que compõem o corredor cultural, conforme destaque ao lado.

O imóvel selecionado, que faz parte do corredor cultural, possui uma área do terreno de 297,50m² com área edificada de 892,50m², possuindo 3 pavimento com comércio sendo subtilizado no pavimento térreo, tendo um grande potencial a ser explorado resgatando a função social do lugar.

IMÓVEIS VAZIOS, SUBUTILIZADOS E DE USO INADEQUADO AO REDOR DA PRAÇA TIRADENTES-RJ



- Imóvel selecionado paro o Abrigo proposto
- Edifícios e terrenos subutilizados, abandonados ou em ruína
- Áreas públicas a requalificar
- Áreas públicas requalificadas
- Casa de Apoio para a População LGBTQIA+
- Centro de Acolhimento para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade

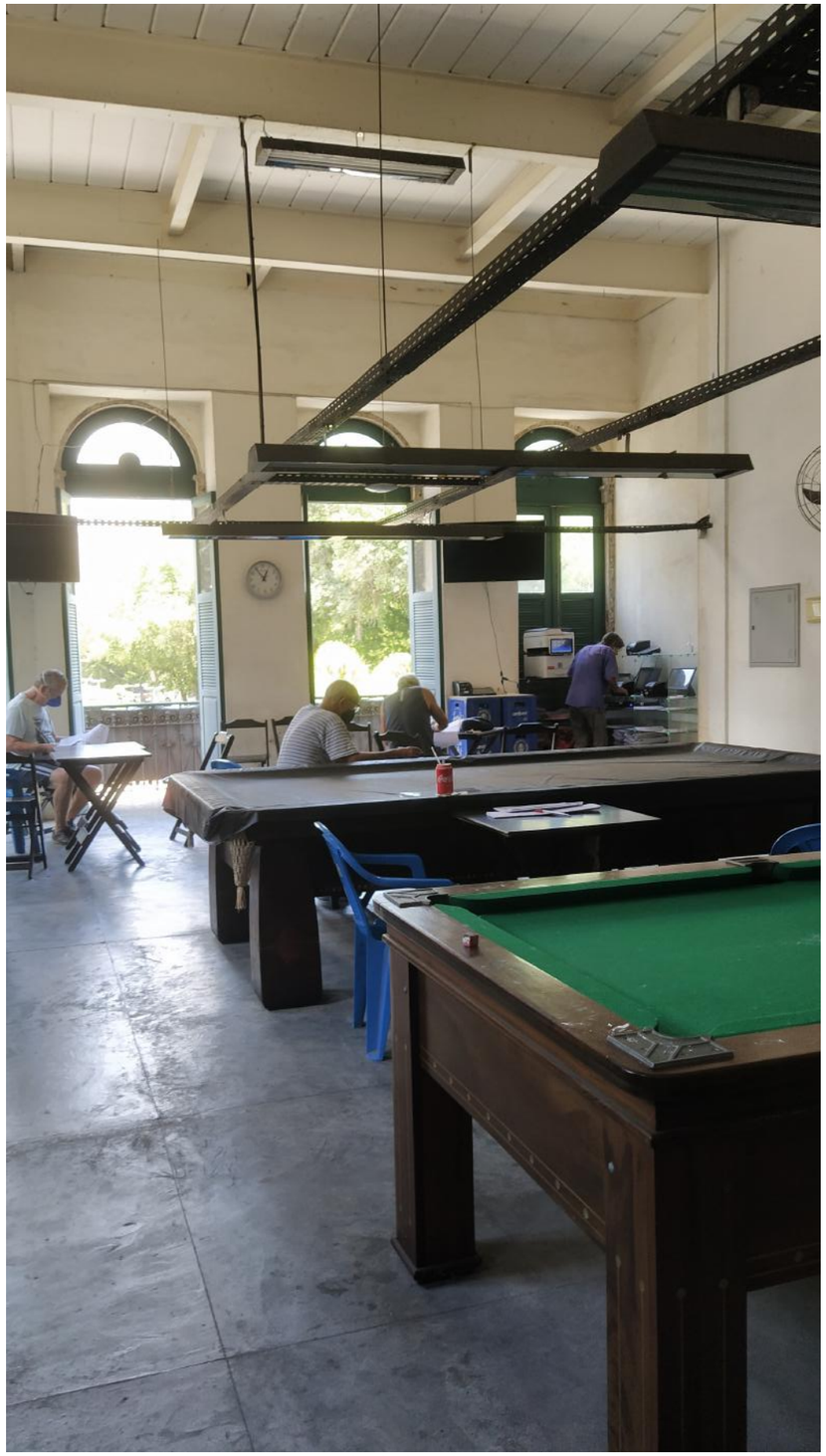
EDIFÍCIO NA PRAÇA TIRADENTES, 87

Edifício escolhido para o projeto Abrigo Social de Acolhimento Provisório

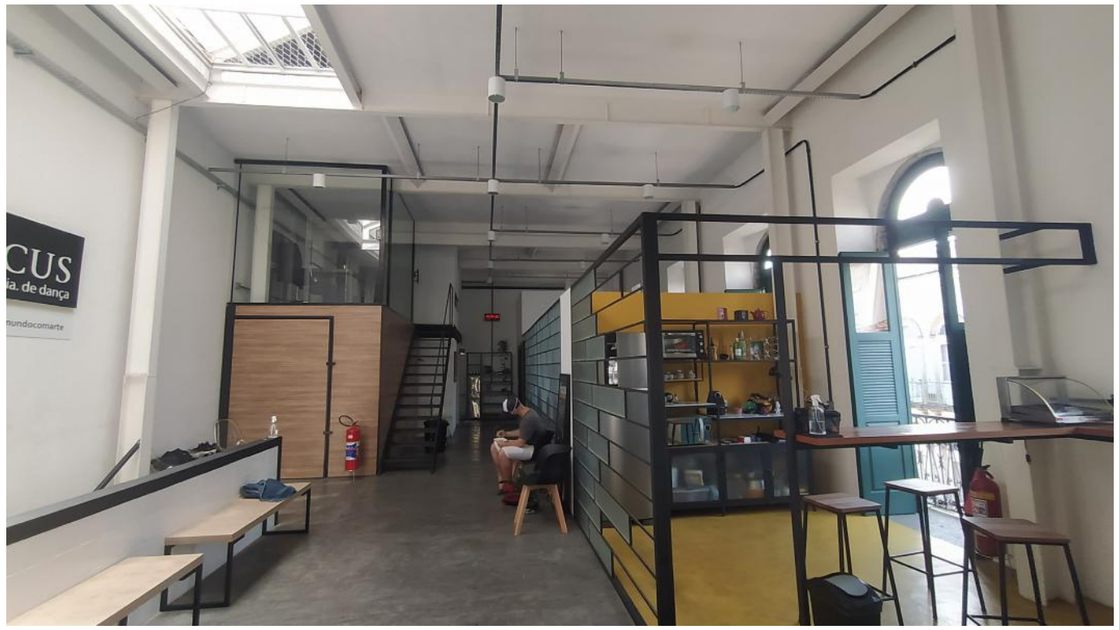
3.4. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Escada linear em aço e gesso - Foto: autoral

Vista do primeiro pavimento c a partir da circulação vertical - Foto: autoral



Vista para a fachada da Praça Tiradentes a partir rdo primeiro pavimento. - Foto: autoral



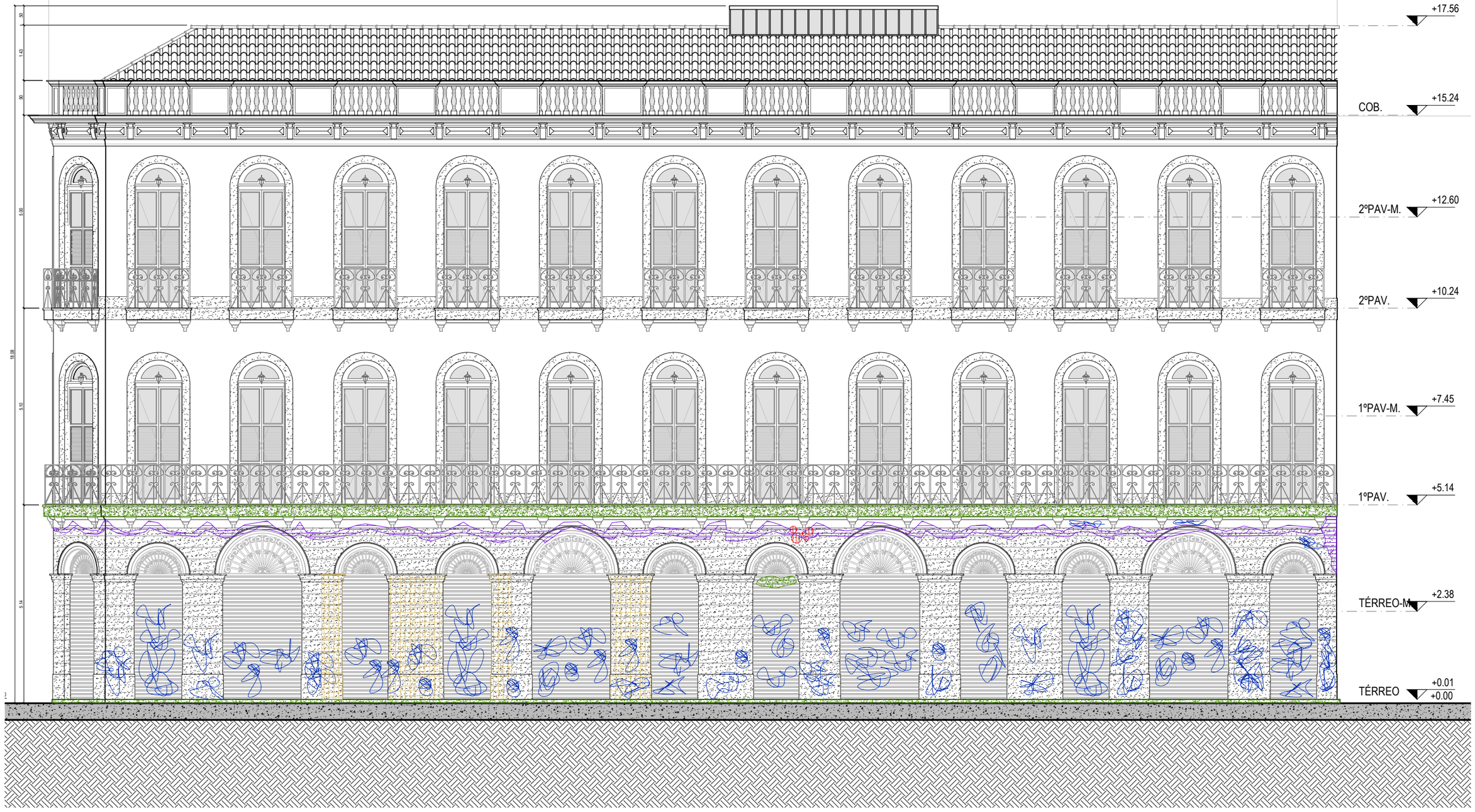
Vista para copa, escritório, depósito e banheiros ao fundo. - Foto: autoral

Localização da circulação vertical no segundo pavimento. - Foto: autoral

Vista para fachada da Praça Tiradentes - Foto: autoral

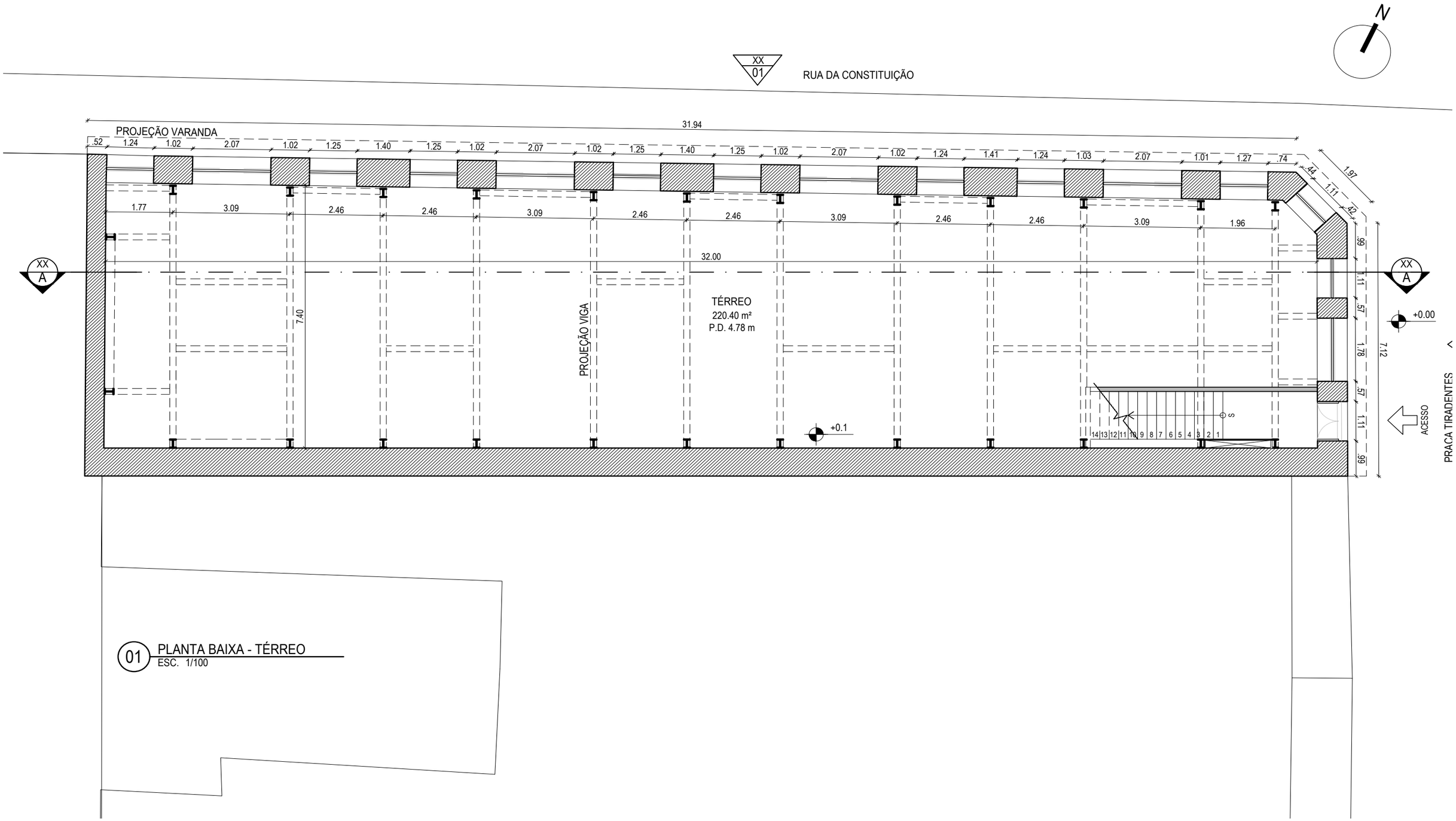
3.5. MAPA DE DANOS

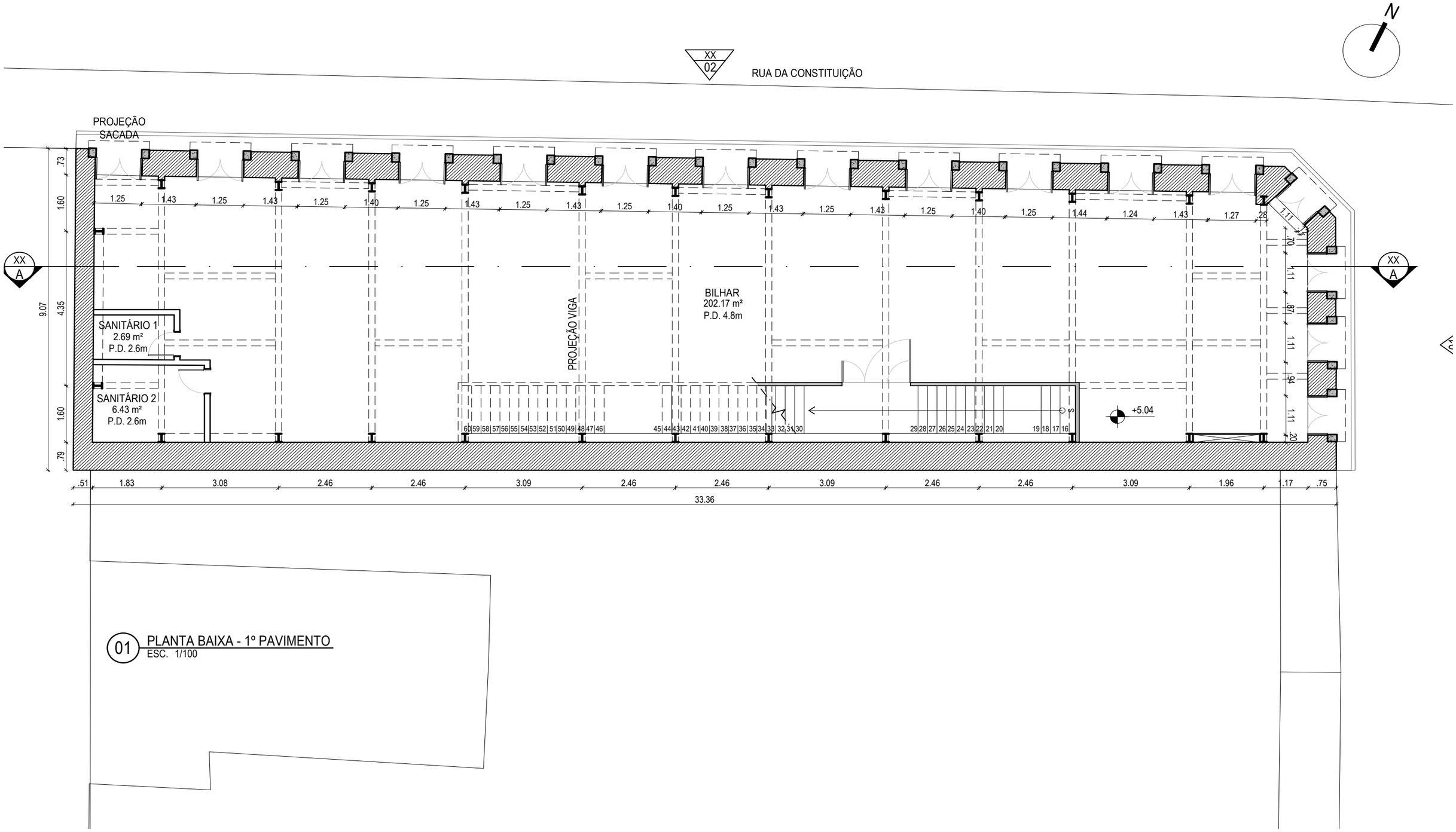
FACHADA PRAÇA TIRADENTES - ESC.: 1/100



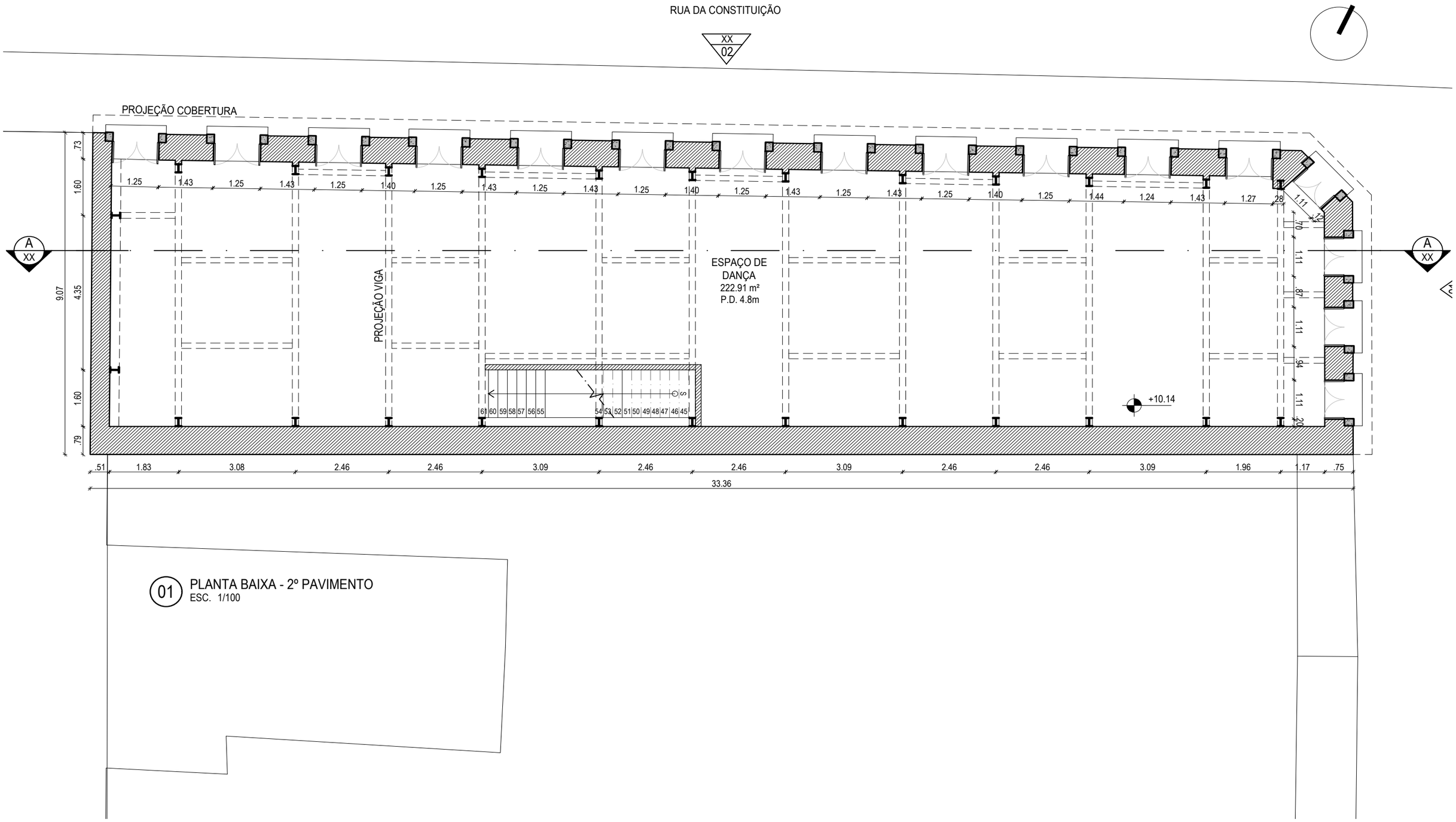
FACHADA RUA DA CONSTITUIÇÃO - ESC.: 1/100

3.6. PLANTAS DO EXISTENTE

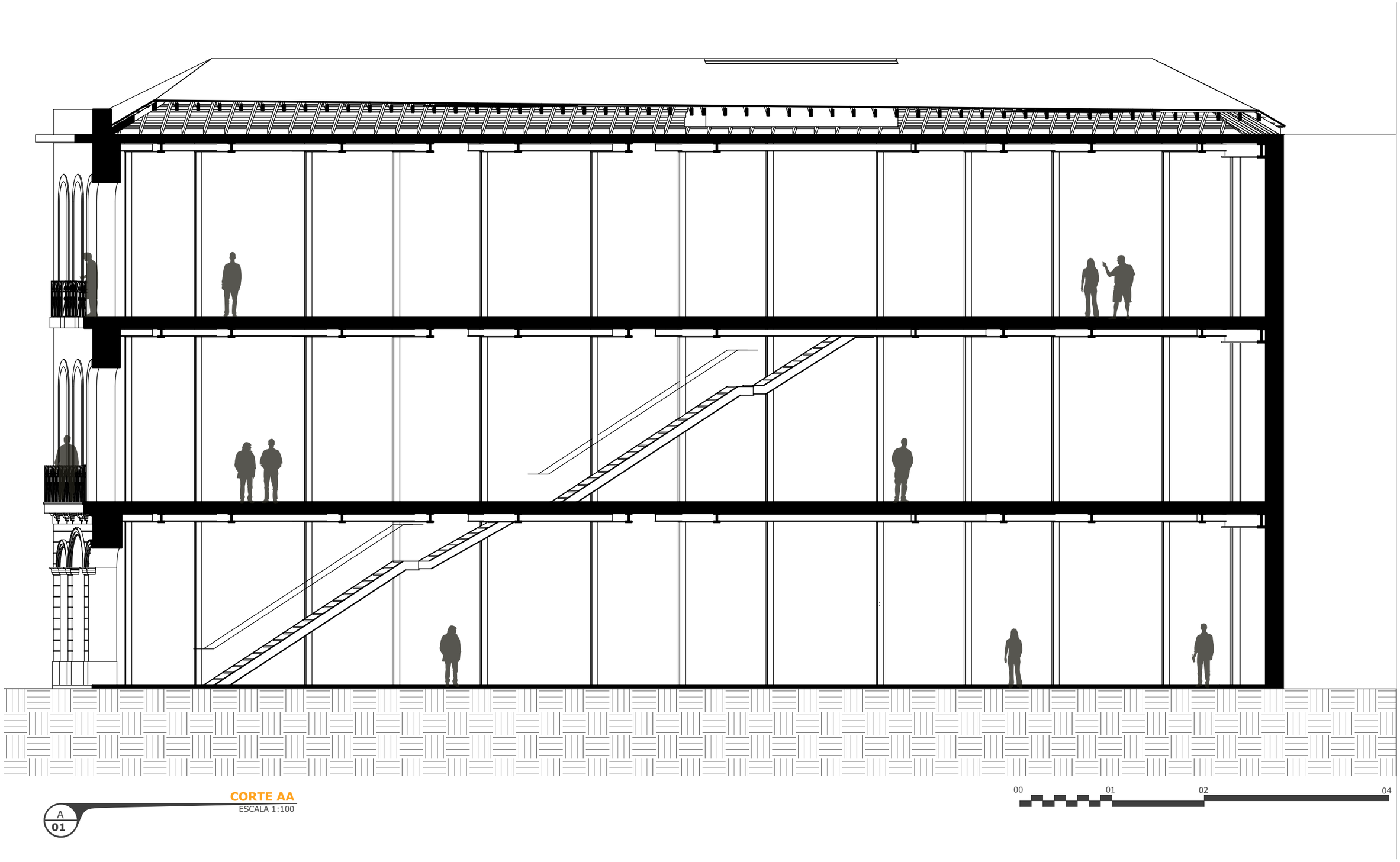




01 PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO
ESC. 1/100



01 PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO
ESC. 1/100



A
01

CORTE AA
ESCALA 1:100

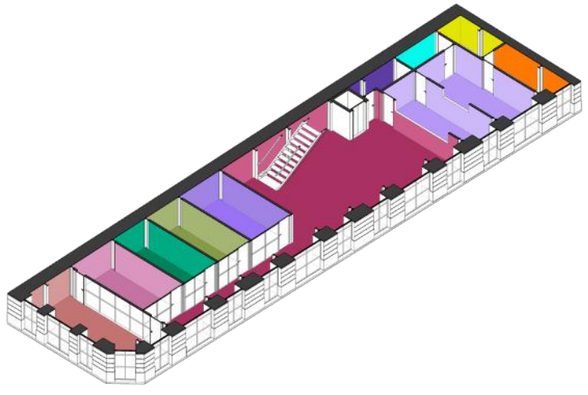
3.7. METODOLOGIA PROJETUAL

Como primeiro passo, foi realizado o levantamento fotográfico e cadastral do edifício, a fim de entender o funcionamento do mesmo e suas dimensões reais para o desenvolvimento do projeto. No térreo, onde funcionava um bar, encontra-se sem função e demolido. O primeiro pavimento, onde funciona um bilhar, possui um amplo espaço com espaço para sinuca, banheiros e um pequeno bar. Também foram observado reforços estruturais, assim como no segundo pavimento, onde foram encontrados os mesmos reforços e um lanternim. Todos os pavimentos são conectados através de uma escada reta na face oposta a fachada da Rua da Constituição. Posteriormente foi concebido o programa a ser desenvolvido no edifício, que inclui serviços de diversas áreas de atuação, sendo elas psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, nutricionistas, cuidadores e profissionais da área de educação, e essas atividades serão realizadas em ambientes específicos e flexíveis. Nos vãos das fachadas do térreo existirão pequenas hortas para cultivo com o intuito de motivar a construção de um sentido de coletividade no espaço. A biblioteca e a sala de leitura, se encarregarão de estimular a leitura entre os indivíduos. A cozinha, próxima ao refeitório, contará com a presença de profissionais de nutrição para acompanhamento. Os quartos serão distribuídos de acordo com cada perfil. Dois tipos de quartos serão distribuídos, sendo eles quartos individuais e quartos coletivos. Para entender melhor a organização da espacialidade do programa desenvolvido, foi realizado um plano de massas a partir do modelo 3D apresentado.

O PROGRAMA

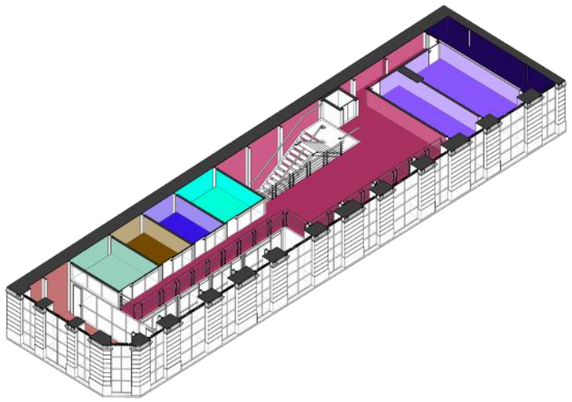
TÉRREO

- Recepção / Sala de espera
- Serviço Social
- Espaço nutrição
- Dentista
- Enfermaria
- Cozinha/Preparo
- Depósito
- Lavabo
- Convivência / Refeitório / Circulação
- Vestiário
- Acesso serviço



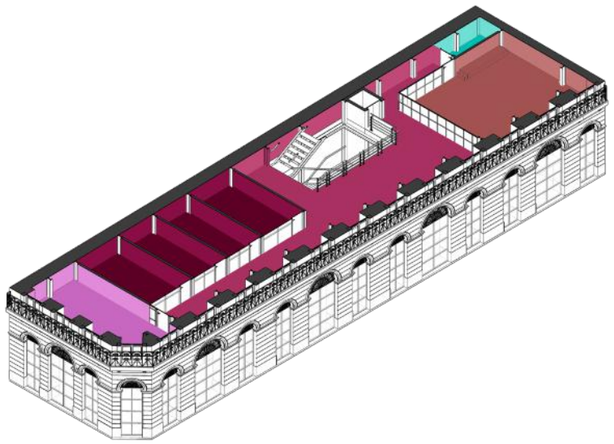
MEZANINO - TÉRREO

- Administração
- Coordenação
- Consultório psicologia
- Cabeleireiro
- Sanitários
- Lavanderia
- Convivência / Refeitório / Circulação



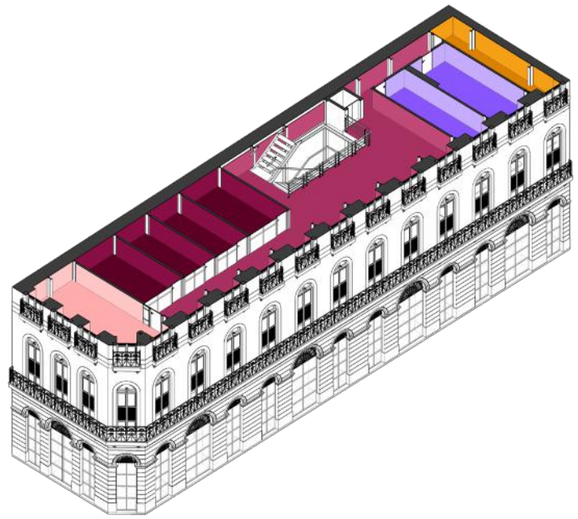
1º PAVIMENTO

- Biblioteca / Sala de leitura
- Dormitórios
- Salas de atividades
- Convivência / Circulação
- Depósito



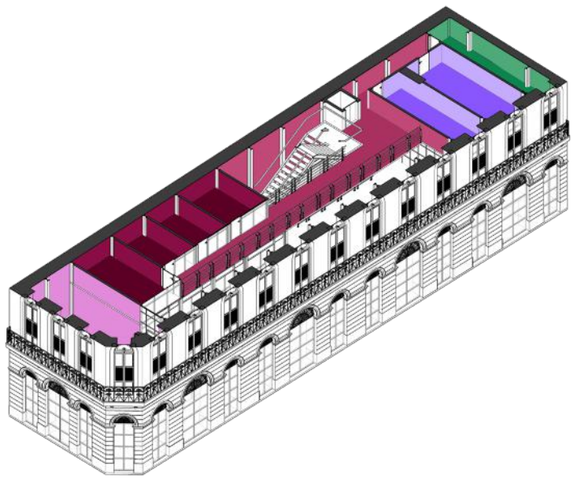
2º PAVIMENTO

- Sala de convívio / TV
- Dormitórios
- Convivência / Circulação
- Sanitários
- Sala dos funcionários



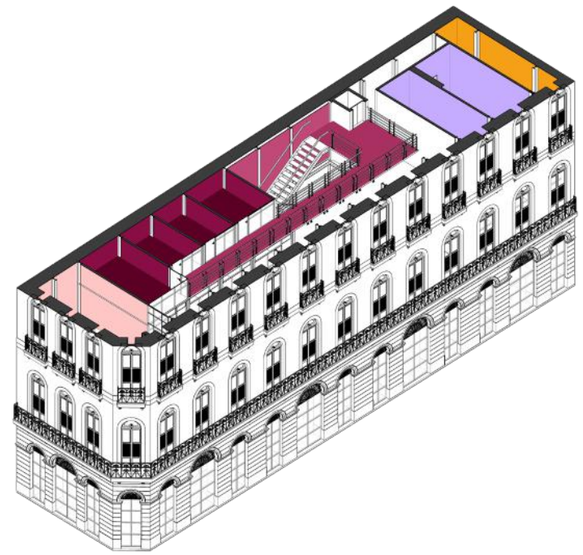
MEZANINO - 1º PAVIMENTO

- Dormitórios
- Circulação mezanino
- Sanitários
- Copa

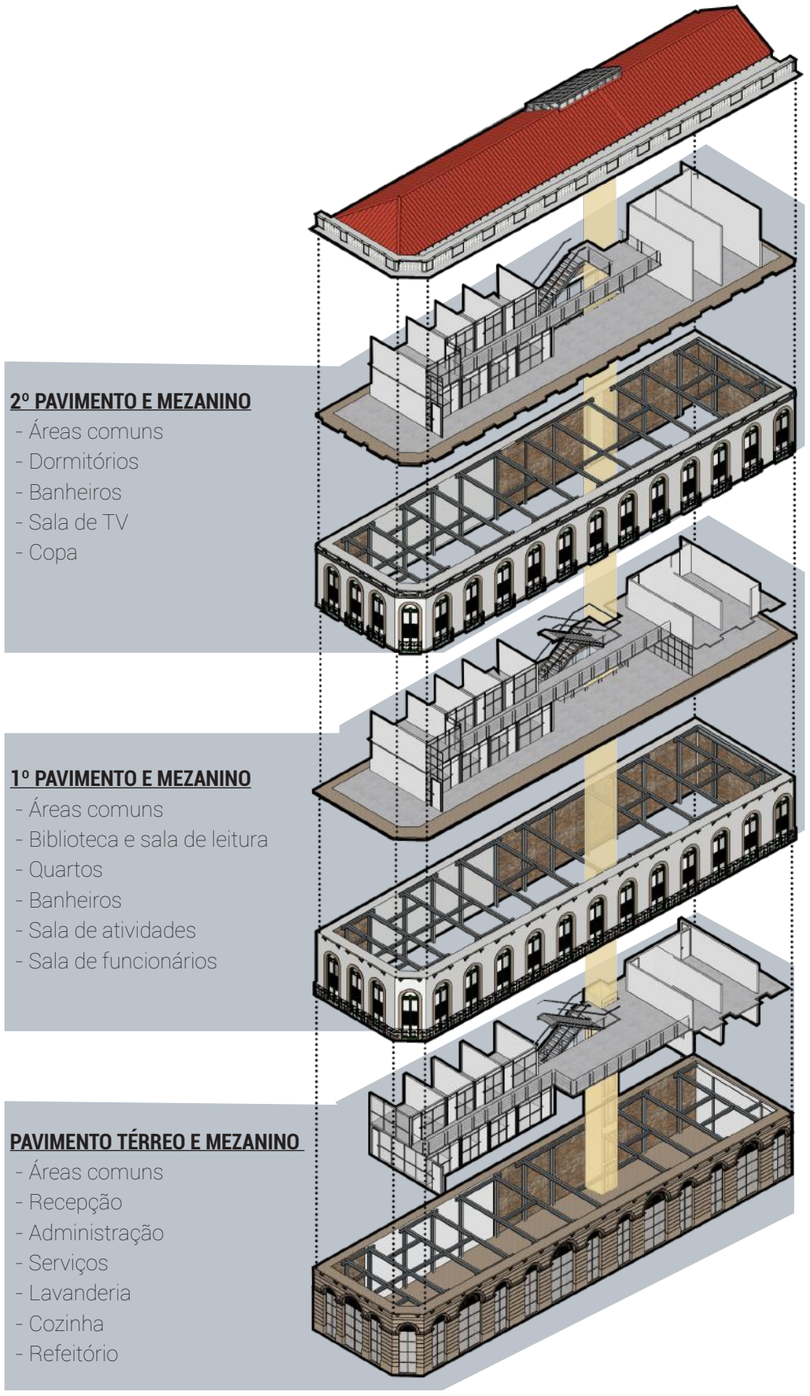


MEZANINO - 2º PAVIMENTO

- Dormitórios
- Circulação / Convivência

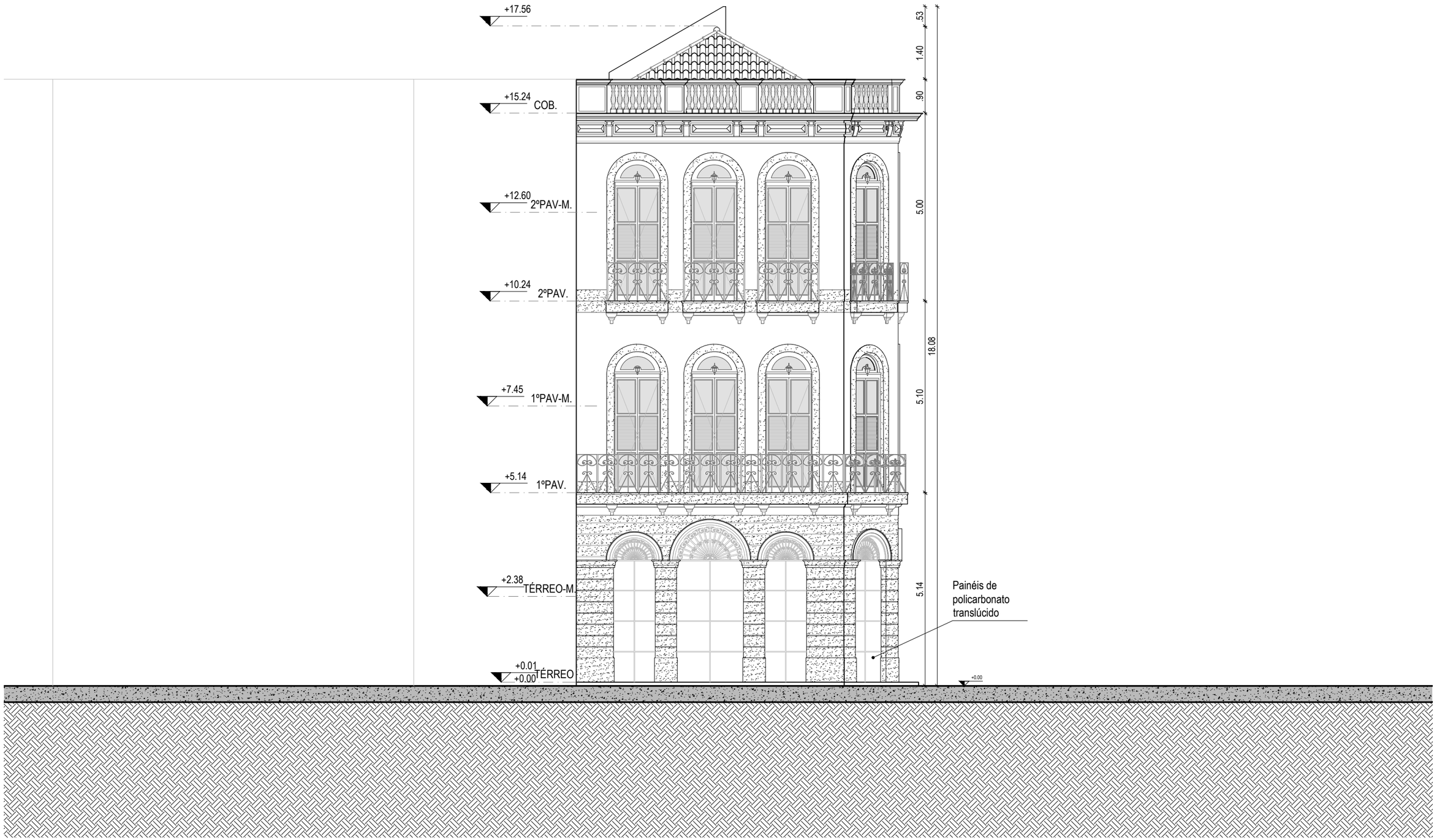


PERSPECTIVA ISOMÉTRICA EXPLODIDA VERTICAL

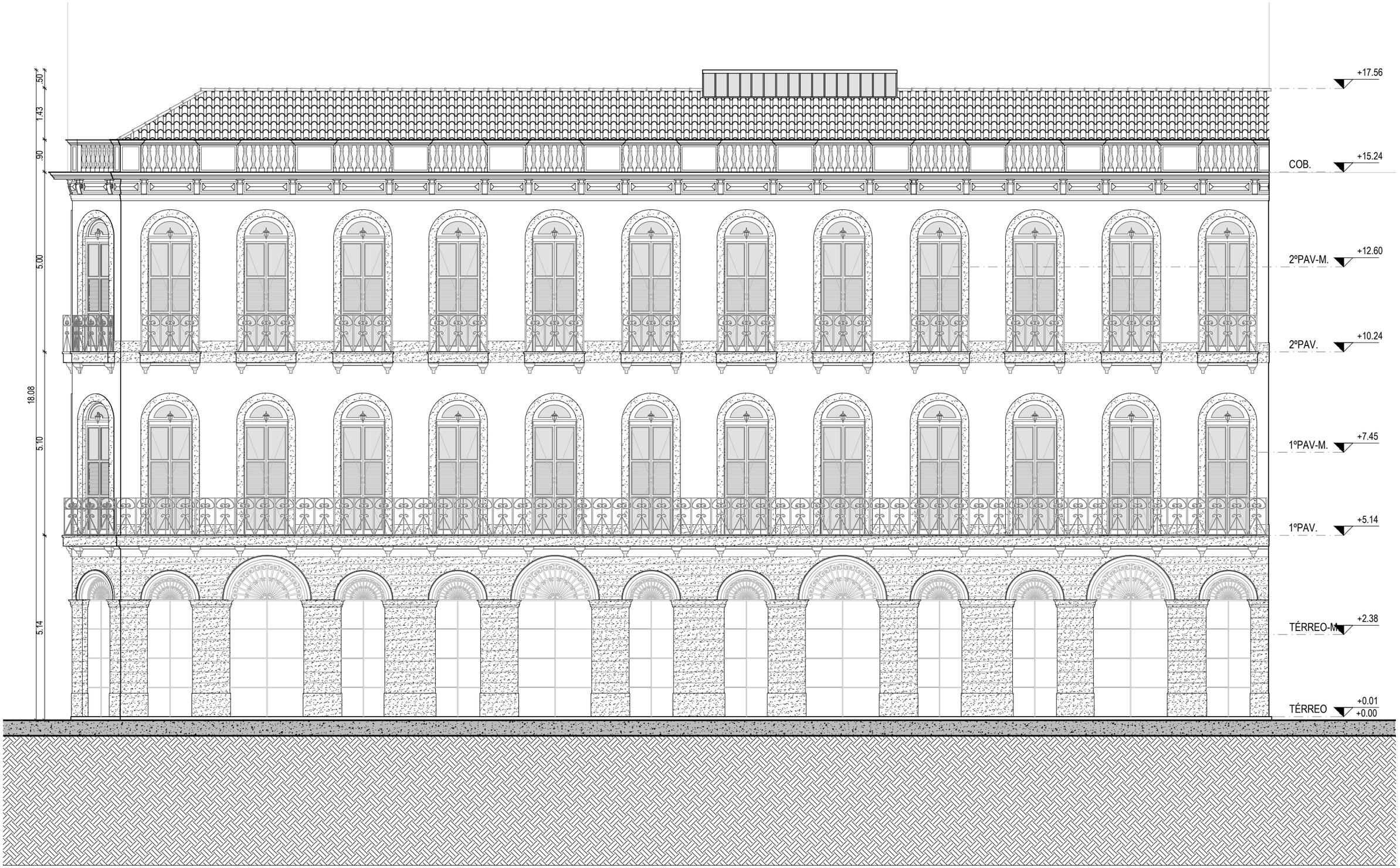


Perspectiva Isométrica do edifício.

3.8. O PROJETO



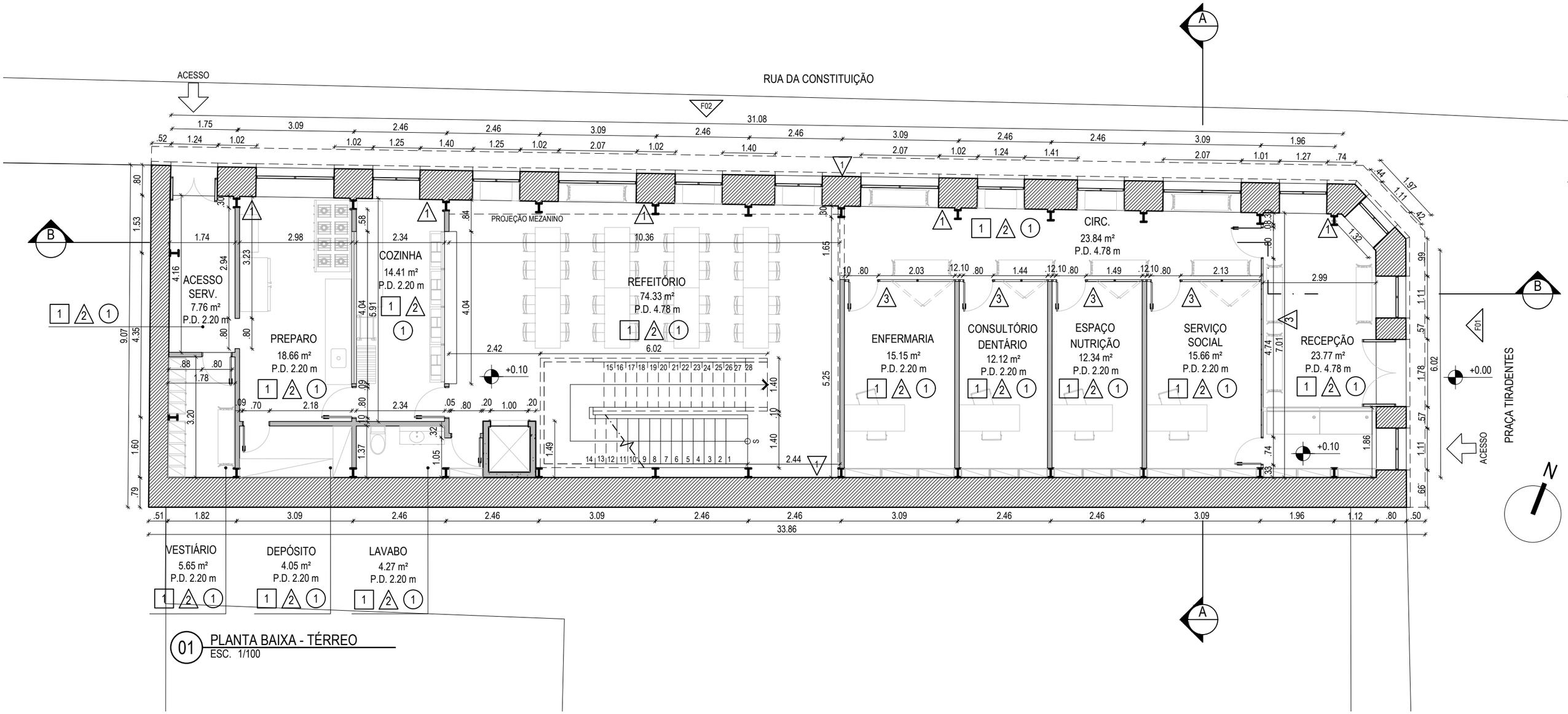
FACHADA PRAÇA TIRADENTES - ESC.: 1/100



FACHADA RUA DA CONSTITUIÇÃO - ESC.: 1/100

REVESTIMENTOS

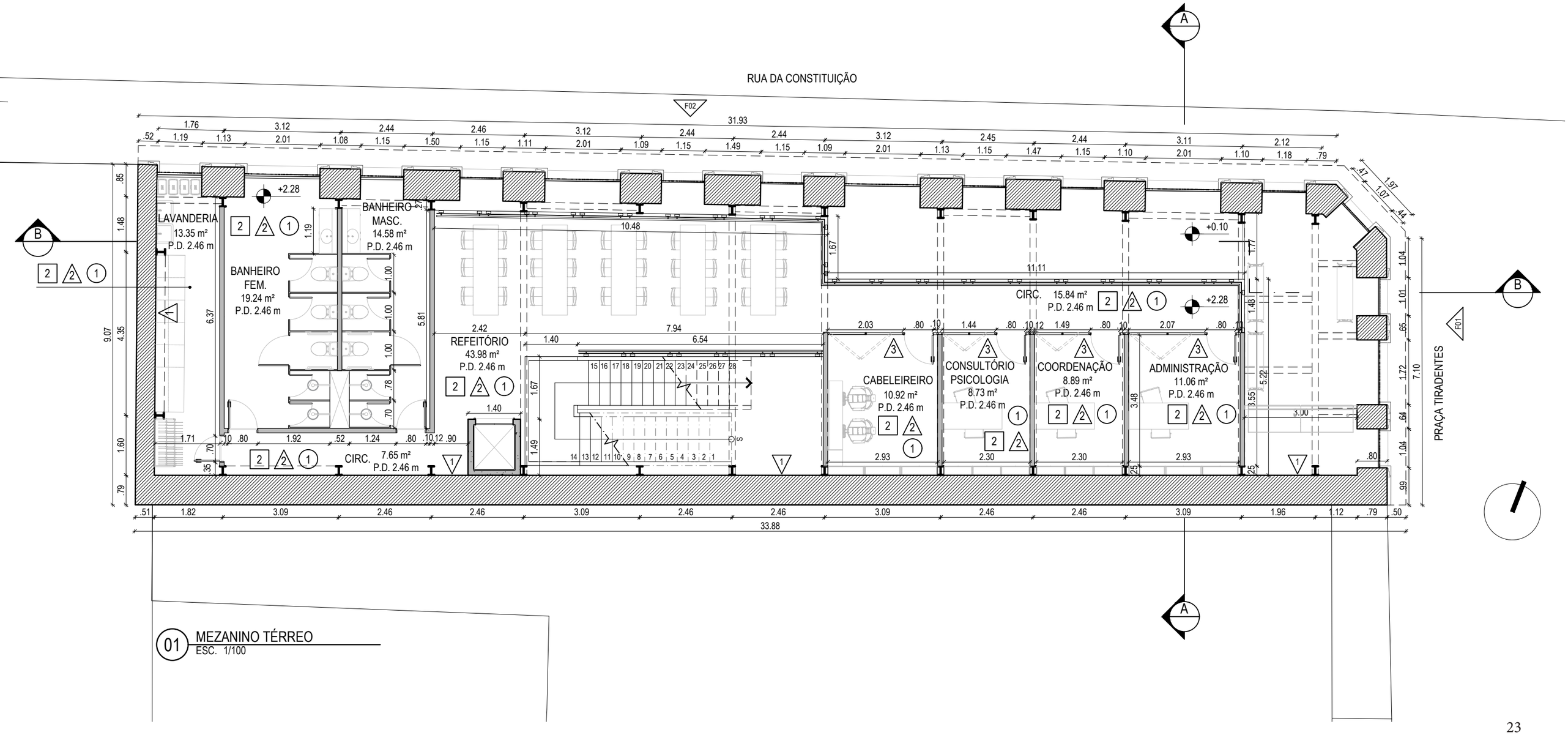
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



01 PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESC. 1/100

REVESTIMENTOS

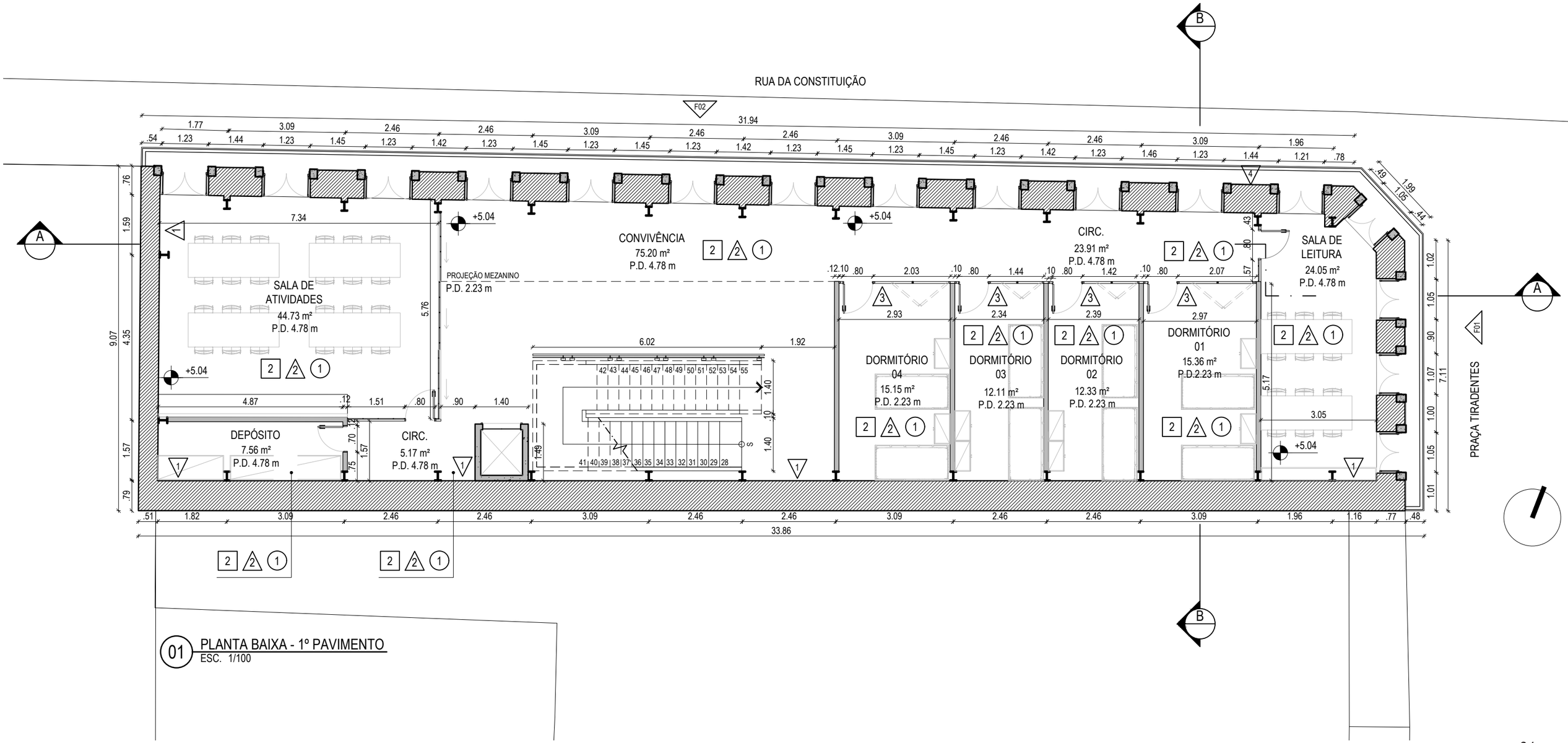
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



01 MEZANINO TÉRREO
ESC. 1/100

REVESTIMENTOS

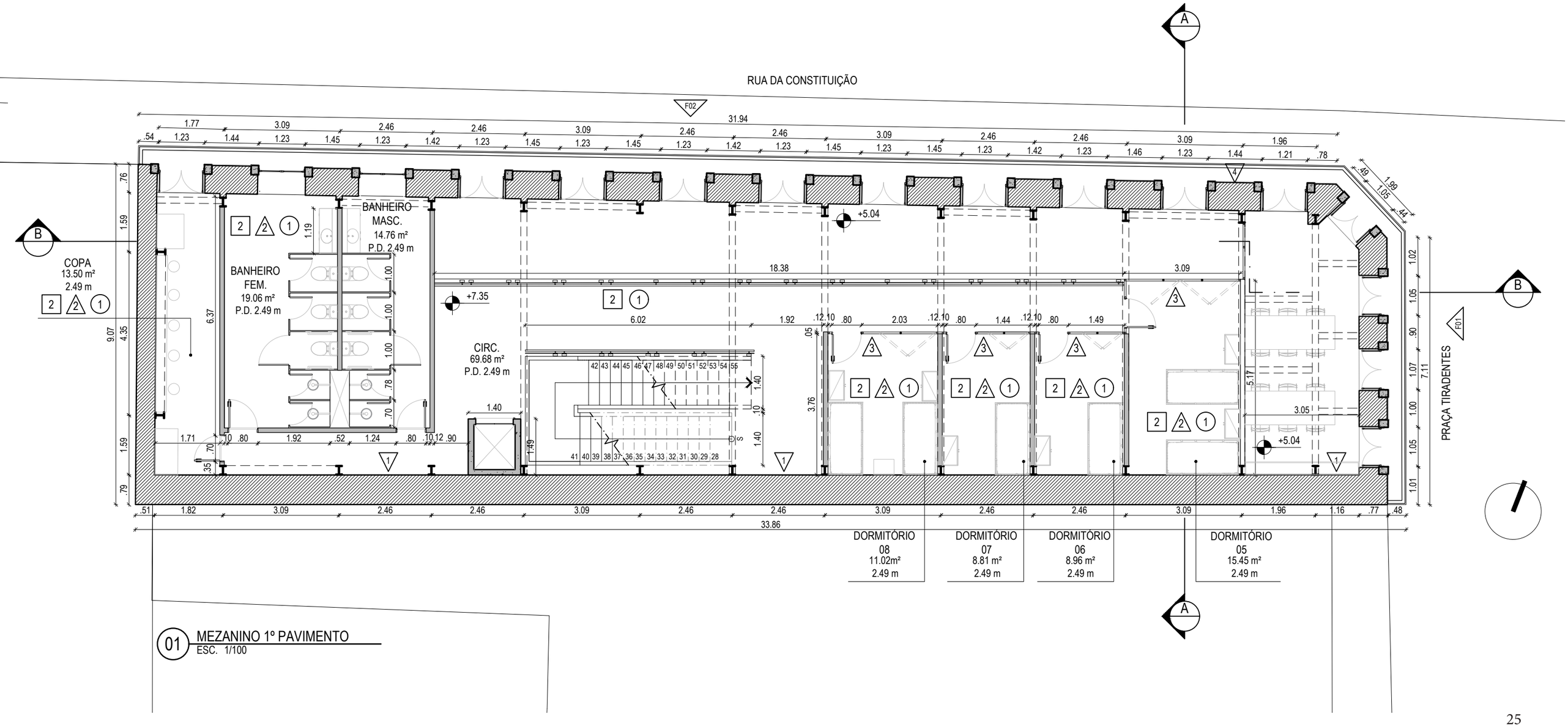
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



01 PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO
ESC. 1/100

REVESTIMENTOS

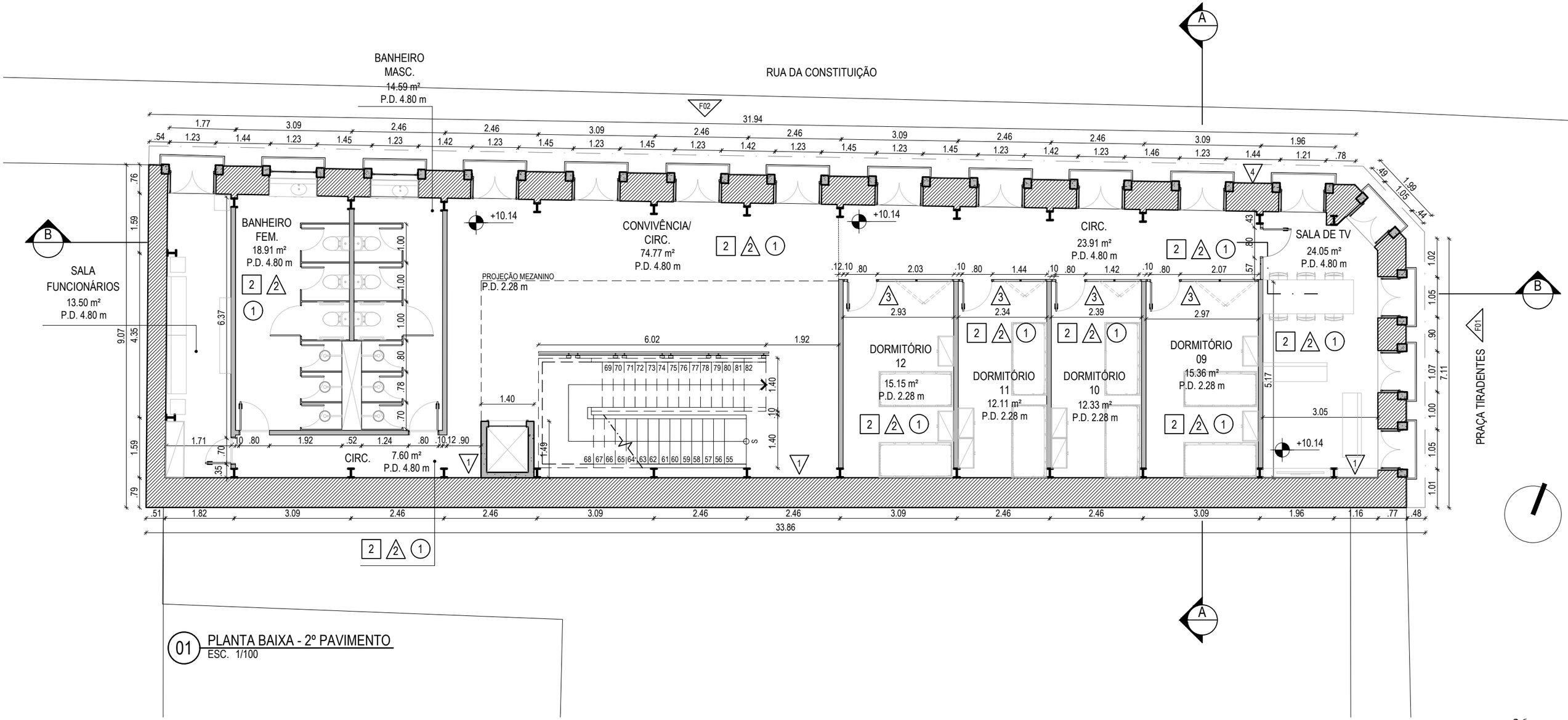
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



01 MEZANINO 1º PAVIMENTO
ESC. 1/100

REVESTIMENTOS

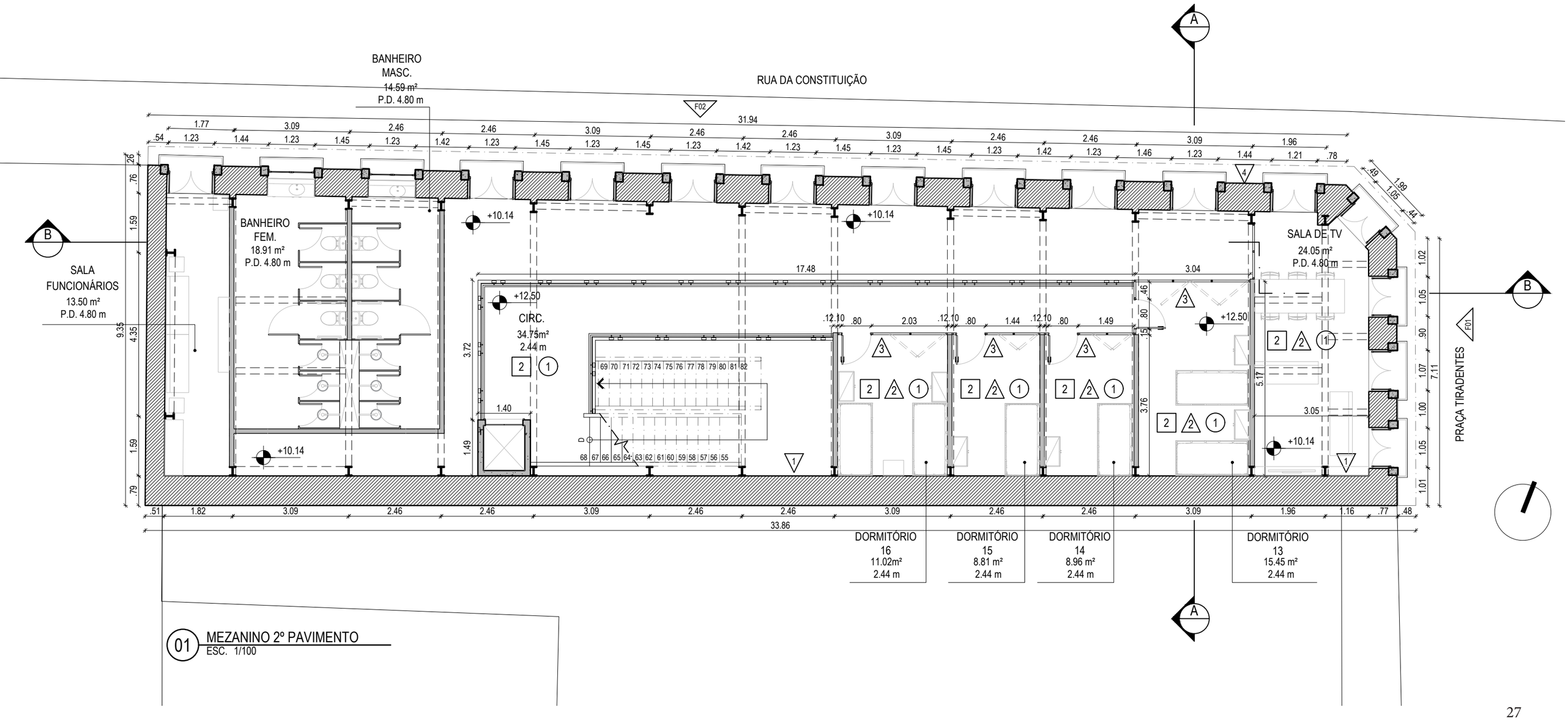
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



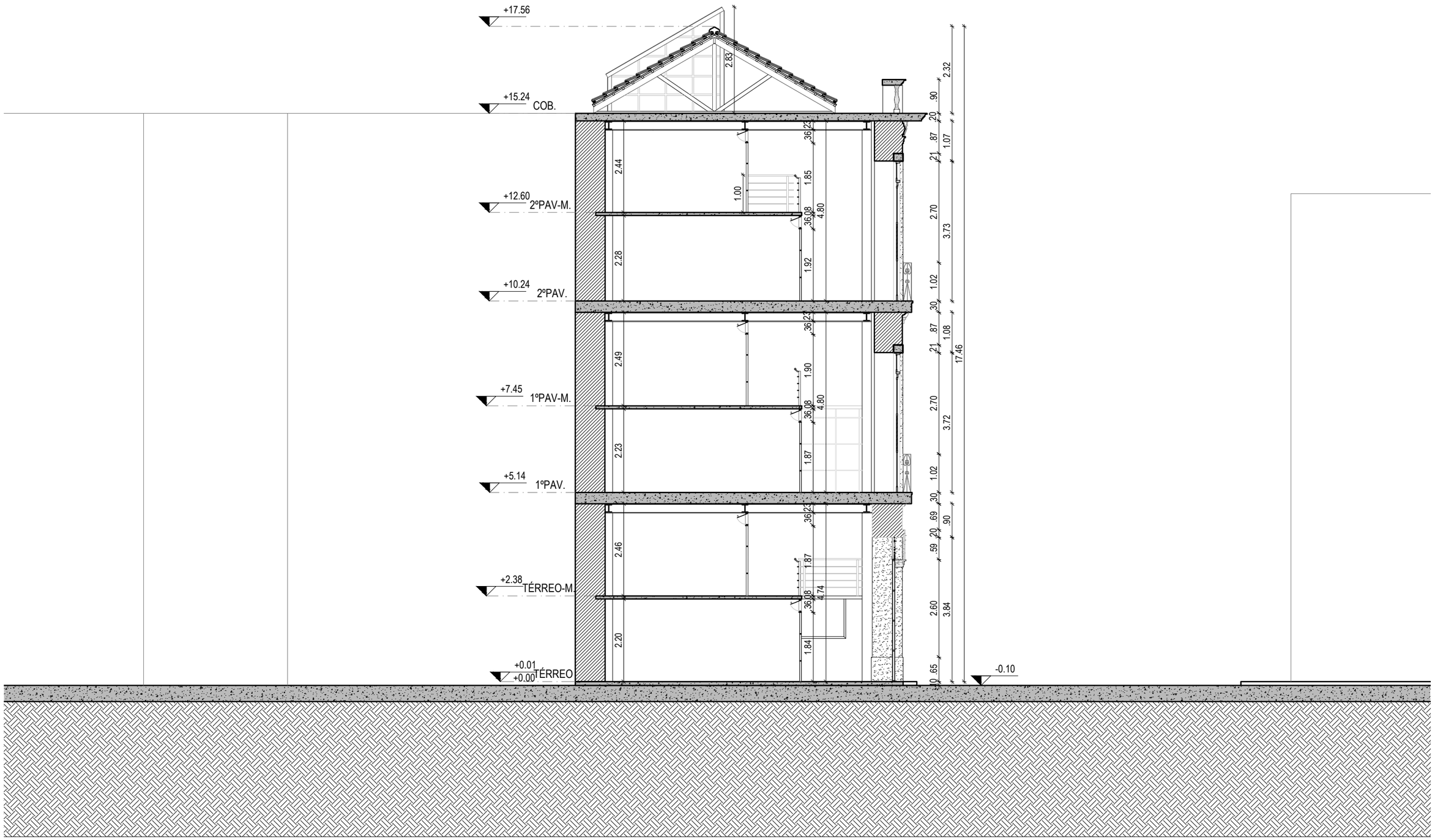
01 PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO
ESC. 1/100

REVESTIMENTOS

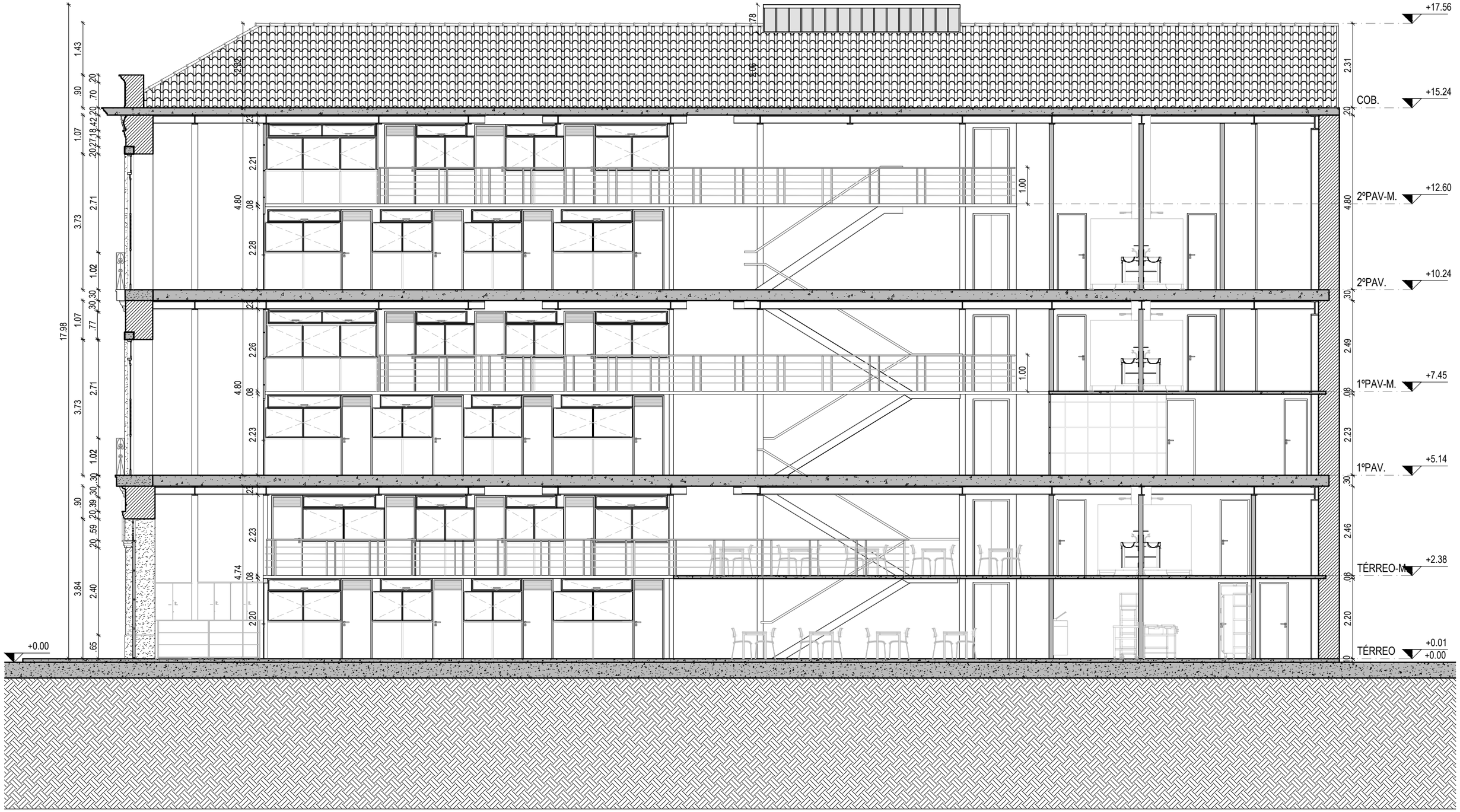
	PISO		PAREDE		TETO
01	PEDRA GNAISSE	01	CANTARIA APARENTE	01	LAJE
02	CIMENTO QUEIMADO	02	DRYWALL COM PINTURA BRANCA		
		03	PAINEL EM POLICABORNATO		
		04	PINTURA BEGE MARFIM		



01 MEZANINO 2º PAVIMENTO
ESC. 1/100



CORTE AA - Esc.: 1/100



CORTE BB - Esc.: 1/100

QUADRO DE ÁREAS (ÚTIL)			
PAVIMENTO	COMPARTIMENTO	ÁREA (m²)	ÁREA POR PAVIMENTO (m²)
2º PAV - MEZANINO	DORMITÓRIOS (16-13)	44,24	78,99
	CIRCULAÇÃO	34,75	
2º PAV	DORMITÓRIOS (12-9)	54,95	232,28
	CIRCULAÇÃO/CONVIVÊNCIA	106,28	
	BANHEIROS	33,5	
	SALA DE TV	24,05	
	SALA DOS FUNCIONÁRIOS	13,5	
1º PAV - MEZANINO	DORMITÓRIOS (8-5)	44,24	161,24
	CIRCULAÇÃO	69,68	
	BANHEIROS	33,82	
	COPA	13,5	
1º PAV	DORMITÓRIOS (4-1)	54,95	235,57
	SALA DE LEITURA	24,05	
	CIRCULAÇÃO / CONVIVÊNCIA	104,28	
	SALA DE ATIVIDADES	44,73	
	DEPÓSITO	7,56	
TÉRREO - MEZANINO	ADMINISTRAÇÃO	11,06	154,24
	COORDENAÇÃO	8,89	
	CONSULTÓRIO PSICOLOGIA	8,73	
	CABELEIREIRO	10,92	
	CIRCULAÇÃO / REFEITÓRIO	67,47	
	BANHEIROS	33,82	
	LAVANDERIA	13,35	
TÉRREO	RECEPÇÃO	23,77	232,01
	SERVIÇO SOCIAL	15,66	
	ESPAÇO NUTRIÇÃO	12,34	
	DENTISTA	12,12	
	ENFERMARIA	15,15	
	CIRCULAÇÃO/REFEITÓRIO	98,17	
	COZINHA/PREPARO	33,07	
	LAVABO	4,27	
	VESTIÁRIO	5,65	
	DEPÓSITO	4,05	
	ACESSO SERVIÇO	7,76	
TOTAL			1094,33

ÁREA PERCENTUAL		
COMPARTIMENTO	ÁREA (m²)	%
DORMITÓRIOS	198,38	18,13%
ACESSO/CIRCULAÇÃO/CONVIVÊNCIA/REFEITÓRIO	488,39	44,63%
BANHEIROS, LAVABO E VESTIÁRIO	111,06	10,15%
SALA DE TV	24,05	2,20%
SALA DOS FUNCIONÁRIOS	13,5	1,23%
COZINHA/COPA/PREPARO	46,57	4,26%
SALA DE LEITURA	24,05	2,20%
SALA DE ATIVIDADES	44,73	4,09%
DEPÓSITO	11,61	1,06%
RECEPÇÃO	23,77	2,17%
SERVIÇOS	108,22	9,89%
TOTAL	1094,33	100,00%

CORTE AA - ESQUEMÁI

4. CRONOGRAMA GERAL DAS ETAPAS

CRONOGRAMA TFG		2020					2021		
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
TFG1	Definição do tema								
	Título do projeto								
	Justificativa do tema								
	Conceituação histórica								
	Coleta de dados								
	Levantamento dos vazios urbanos								
	Delimitação do edfício escolhido								
	Entrega plano de intenções								
	Delimitação das atividades								
	Pesquisa de necessidade do público alvo								
	Estudo preliminar								
	BANCA FINAL								
TFG2	Levantamento cadastral do edifício								
	Definir critérios e estratégias de projeto								
	Projeto								
	Banca intermediária								
	Definir soluções								
	BANCA FINAL								

5. BIBLIOGRAFIA

- PROJETO Vazios Urbanos. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Projeto Vazios Urbanos. Rio de Janeiro: IRPH, 2016. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5333332/4139324/24VaziosUrbanosIRPH082014.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

- BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Vazios projetuais da área urbana central do Rio de Janeiro: o avesso dos projetos urbanos?. I ENANPARQ I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Anais..., Rio de Janeiro, p. 1-23, 29 nov. 2010. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd--enanparq/simposios/195/195-698-2-SP.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020

- CUNHA, J.; RODRIGUES, M. Rua: Apredendo a Contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

- MAGALHÃES, M. J., Morais, C., & Castro, Y. R. (2011). Organização e funcionamento duma casa de abrigo de soli- dariedade social. Psicologia & Sociedade, 23(3), 598-607

- População de Rua 2013, um direito à cidade. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf Acesso em Setembro de 2020.

- As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008. 176 p. : gráfs., tabs

- MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano?: O Planejamento Urbano no Período dos "Trinta Gloriosos". IPEA, Rio de Janeiro, 1 out. 1997. 021, p. 243.

- CHALHOUB, Sidney Cidade febril : cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. — 2a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

- IANNI, Octávio: O Mundo do Trabalho: A nova divisão internacional do trabalho. - São Paulo em Perspectivas, 8(1): 2-12, Janeiro/Março, 1994